



PIVAS: DAS GAVETAS VICIADAS DOS ALTOS ESCALÕES ADMINISTRATIVOS À POLÍTICA PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO RURAL

Francisco Valdenir Lima
SEEC-PB

RESUMO

O Projeto de Irrigação Várzeas de Sousa (PIVAS) seguindo a tendência dos novos espaços produtivos regionais, constitui-se num empreendimento de iniciativa do Governo da Paraíba em conjunto com o poder político local com a finalidade de dinamizar as atividades agrícolas e agroindustriais no sertão do Estado. Idealizado na década de 1930, como política pública de desenvolvimento rural, o PIVAS foi alvo de negligência por parte de sucessivos gestores, só tomando forma em 2007, após diversas reformulações que redefiniram seu trajeto e formato. Na sua nova configuração, o projeto reduziu significativamente sua área irrigável, beneficiando, sobretudo, as terras de famílias influentes da elite sousense. Assim, a pesquisa em tela analisou os fatores que provocaram as mudanças no projeto original de irrigação das Várzeas de Sousa, permitindo constatar que os novos usos do espaço rural decorrem de escolhas políticas nas quais evidenciam embates entre os distintos lugares e agentes sociais. As velhas e renitentes estruturas de poder e dominação têm constituído o principal entrave para a implantação e efetividade social dos projetos de desenvolvimento rural, o que enfoca a necessidade urgente do Estado em refrear o histórico e crescente processo de monopolização do capital, das terras e dos lucros que ainda hoje impera sobre o espaço paraibano na atualidade

Palavras-chave: Políticas Públicas; Desenvolvimento Rural; Relações de Poder.

ABSTRACT

The Irrigation Project Floodplains de Sousa (waterbuck), following the trend of new regional production spaces, constitutes a new development initiative of the Government of Paraíba in conjunction with local political power in order to boost the agricultural and agro-industrial activities in the hinterland of State. Conceived in the 1930s, as public policy for rural development, the waterbuck was subject to neglect by successive managers, only taking shape in 2007, after several redesigns that have redefined their path and format. In its new configuration, the project has significantly reduced its irrigable area, benefiting primarily the lands of

influential families of Sousa elite. Thus, research on screen analyzed the factors that caused the changes in the original irrigation project the plains of Sousa, note that allowing new uses of the countryside the result of political choices in which evidence clashes between different places and social agents. The old and stubborn structures of power and domination have been the major barrier to the implementation and effectiveness of social projects for rural development, which focuses on the urgent need to curb the state's historic and growing process of monopolization of capital, land and profits that still reigns over the Paraíba space today.

Keywords: Public Policy; Rural Development; Power Relations.

INTRODUÇÃO

A atual forma de gerenciamento do território, agora condicionada às determinações exógenas e aos novos signos contemporâneos (ELIAS, 2006), vem possibilitando a reestruturação produtiva da agropecuária em algumas manchas e pontos específicos do Nordeste. À exemplo do que se desenvolve em outras áreas potenciais do país, na região “se difunde especializações produtivas agrícolas que passam a compor alguns importantes arranjos produtivos voltados à fruticultura tropical e à produção de grãos, especialmente para a exportação” (SANTOS, 2010, p. 1).

Se enquadrando na ótica dos novos espaços produtivos locais, o interior da Paraíba vem sendo palco da dinamização das atividades agropecuárias, o que tem promovido mudanças significativas no processo de territorialização do campo, com reflexos de ordem econômica e social nas localidades onde são introduzidas.

Resultado de um novo discurso sobre o aproveitamento dos recursos hídricos, o Projeto de Irrigação Várzeas de Sousa - PIVAS, localizado na mesorregião do Sertão Paraibano, é fruto da parceria do Governo do Estado da Paraíba e do poder político local, com o desenvolvimento de atividades agrícolas e agroindustriais voltadas ao atendimento do mercado local, nacional e internacional.

O referido projeto foi pensado ainda na década de 1930, período do governo de Getúlio Vargas, constituindo a segunda etapa de um conjunto de ações que visavam à integração das bacias hidrográficas dos rios Piranhas e Piancó, com a construção do complexo de açudes, Coremas-Mãe D'água, e de sua interligação ao açude São Gonçalo, em Sousa-PB, através de um canal adutor.

A proposta inicial de integração de bacias, que previa a construção do “Canal Engenheiro Luiz Vieira” com trajeto diferente de onde se encontra atualmente o “Canal da Redenção”, cortaria terras da cidade de São José de Lagoa Tapada e desaguaria no açude São Gonçalo, que abastece as cidades de Sousa, Marizópolis e Nazareinho. O objetivo seria o de possibilitar a irrigação de cerca de 100 mil

hectares de terras no alto sertão paraibano, pertencentes ao conjunto de terrenos sedimentares banhados pelos rios Piranhas e Peixe, bem como o de evitar o risco de desabastecimento das referidas cidades em anos de escassez, o que garantiria a sustentabilidade hídrica da região como um todo.

Contudo, o projeto inicial de retirada de águas do complexo de açudes, Coremas – Mãe D'água, foi alvo da negligência do Estado e após, algumas décadas engavetado pelo Governo Federal, passou por mudanças em seu trajeto, prejudicando o desenvolvimento econômico das cidades abastecidas pelo açude São Gonçalo. A não-realização da interligação de bacias interferiu diretamente no projeto de irrigação das várzeas de Sousa-PB, já que reduziu significativamente a área destinada à produção, além de ter provocado a desapropriação de milhares de hectares de terras pertencentes às famílias influentes da elite sousense.

O processo de desapropriação e indenização das referidas terras, já altamente valorizadas em virtude da especulação que se criou em torno do PIVAS, culminou na expulsão de centenas de famílias camponesas que habitavam a área e na sua luta pelo retorno a mesma na condição de produtores integrados ao projeto.

As mudanças no projeto de transposição das águas dos açudes, Coremas-Mãe D'água, para o açude São Gonçalo, bem como no projeto de irrigação das terras férteis do semiárido paraibano, refletem a desídia e o despreço do Estado com obras que visem o desenvolvimento desse espaço.

Essa conjuntura, do mesmo modo, mostra a tentativa de perpetuação das condições de dominação por parte da elite agrária, ao longo do tempo e no espaço. O velho discurso pregado como forma de manutenção das condições favoráveis à sobrevivência e perpetuação dessa classe tem se reelaborado a fim de se adequar à contemporaneidade, obrigando-nos a uma releitura das transformações que se operam no meio rural. Quer seja do ponto de vista material, em virtude do surgimento de novas territorialidades e da luta engendrada pelos segmentos menos favorecidos do campo, quer seja do ponto de vista intelectual, com a ressignificação do “mundo rural” e com a reconceituação dos atores sociais que dele fazem parte, é necessário uma reflexão mais acurada quanto aos resultados da materialização das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural no semiárido paraibano.

O IDEÁRIO DESENVOLVIMENTISTA E A IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS AGRÍCOLAS IRRIGADOS NO INTERIOR DO NORDESTE

Nas últimas décadas o Nordeste vem assistindo a um processo de reestruturação produtiva das atividades agropecuárias, pautado nos investimentos estatais em áreas que têm apresentado potencialidades para a reprodução do capital agrícola. Em face das mudanças progressivas no comportamento das economias mundiais que provocaram “a necessidade de fazer o capital circular em novos espaços e formar novas frentes atrativas criando circuitos produtivos alternativos” (FARIAS,

2010, p. 2), o espaço rural vem sendo redefinido a partir de novas redes de interesses e passando por um processo de modernização com a dispersão espacial do agronegócio pela região. Essas mudanças, concebidas a partir de uma diferente forma de “dizer” e “ver” o Nordeste, refletem os novos arranjos espaciais fruto da modernização do campo e de suas relações com o mercado mundial (FARIAS, *op. cit.*).

Embora as ações de irrigação visando “transformar o sertão em mar” datem dos idos de 1920, na prática essa política só foi efetivada em meados da década de 1970, no período do governo militar de Emílio Médici. Atuando como agente incentivador e financiador dos grandes projetos de malhas de irrigação no Nordeste, o Estado, através da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, projetou e implantou políticas públicas objetivando diminuir as disparidades sociais e econômicas do Nordeste frente as demais regiões do país.

Tendo em plano a modernização da região, uma das estratégias utilizadas foi a criação do Programa de Irrigação Nacional – PIN, gerenciado pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS e pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – CODEVASF, que viabilizou o surgimento de perímetros irrigados em áreas de vales úmidos dos principais rios nordestinos e às margens de açudes e represas, graças à combinação das condições ambientais com o benefício da irrigação.

A partir dessa “nova forma de empreender” fez-se surgir novas dinâmicas espaciais no interior do Nordeste. Os projetos de irrigação passaram a fazer parte da conjuntura econômica e social da região, simbolizando o surgimento de novos *lôcus* produtivos e, sobretudo, a mudança na visão estereotipada sobre as limitações e potencialidades desse espaço. A respeito das virtualidades da região, no que tange a implantação de atividades ligadas a irrigação, Castro (2008, p. 298) enfatiza que “o clima aqui é um recurso inestimável, redentor, capaz de fazer surgir uma nova Califórnia, com mais vantagens que a outra, porque não tem uma estação com temperaturas mais baixas.”

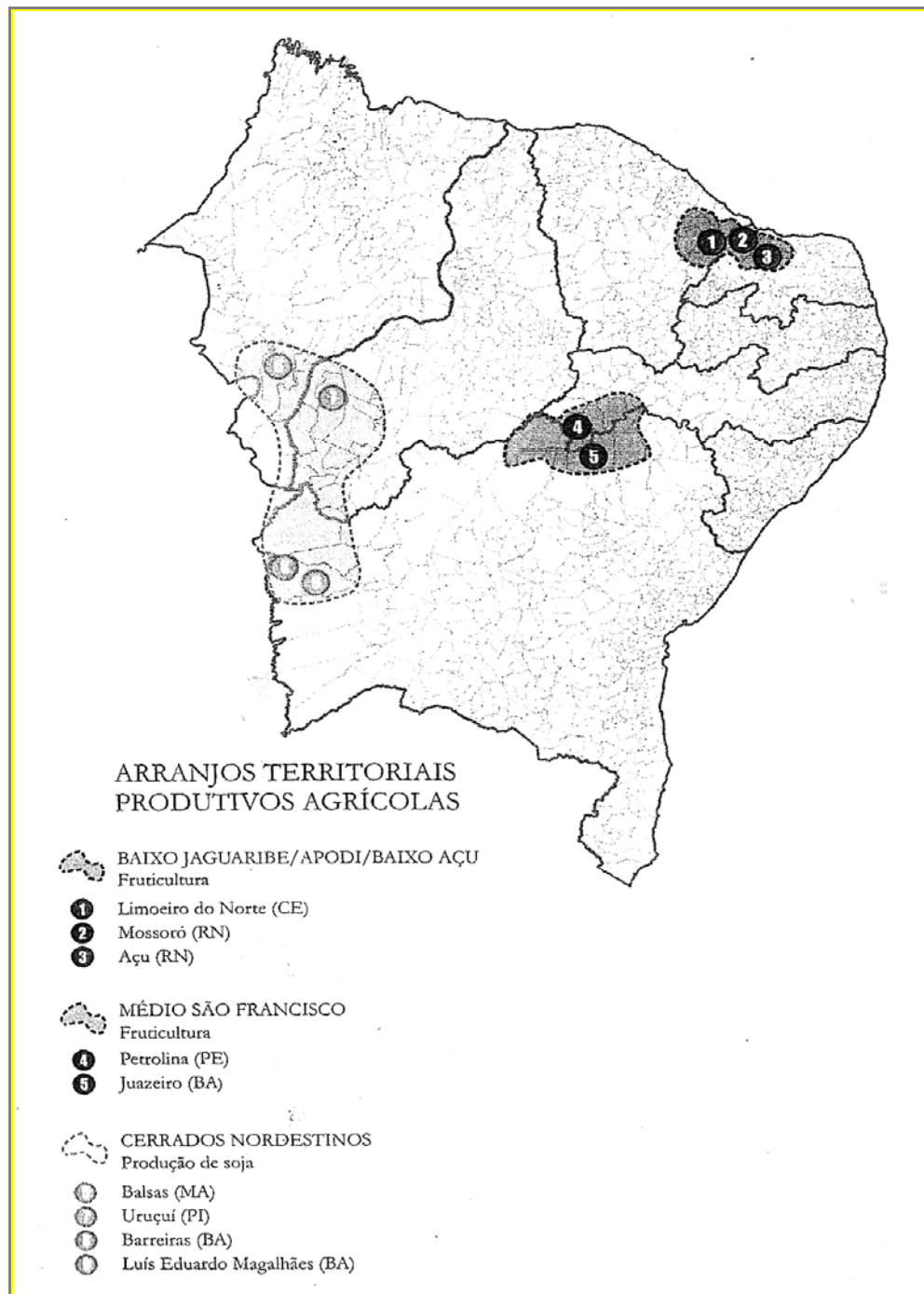
A forma de agir do Estado passaria, a partir de então, a contemplar a implantação de dois tipos de projetos de irrigação pública: os perímetros irrigados destinados ao assentamento de pequenos produtores, e os projetos de exploração empresarial, voltados à produção em larga escala para a exportação.

Assim, aproveitando-se das condições naturais e estruturais, foram fundados vários perímetros irrigados em localidades do semiárido e do cerrado nordestino. Essas áreas potenciais ao desenvolvimento de um grande leque de culturas evidenciaram, pelo menos num primeiro instante, que a partir de políticas públicas bem traçadas, é possível mudar a estrutura fundiária e promover um cenário mais promissor para a população rural nordestina, com a dinamização das atividades produtivas, geração de emprego e renda, aumento do PIB e atração de novos investimentos.

Dentre os projetos de irrigação atualmente implantados (figura 1), que mostram uma visível articulação e subordinação da escala nacional com a internacional, elencamos por sua magnitude e dinamismo, os seguintes:

- a) O Vale do São Francisco, onde se destacam as cidades de Petrolina-PE e Juazeiro-BA, na produção de frutas frescas, com destaque para a manga, uva e coco. Como destaca Elias (2006), essa região é marcada pela associação entre colonos irrigantes e empresas agrícolas (parcerias), que são formadas com vistas à produção e comercialização das frutas, sobretudo para a exportação;
- b) O Vale do Baixo Açu-RN, com enfoque para as cidades de Açu e Ipanguaçu, que se liga ao Vale do Baixo Jaguaribe-CE, onde se destacam Limoeiro do Norte e Quixeré. A junção dessas duas áreas que formam o Perímetro Jaguaribe-Apodi (MUNIZ, 2006), possibilitou a formação de um arranjo produtivo que deu nova dinâmica aquele espaço, através da fruticultura irrigada, onde se destaca a produção de banana, abacaxi e melão;
- c) O Platô de Neópolis-SE, próximo a desembocadura do rio São Francisco, que seguiu o exemplo do Vale do São Francisco e se especializou na produção de manga, uva e coco;
- d) Os cerrados nordestinos, com ênfase para a área de confluência entre as cidades de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães (oeste baiano), Balsas (sul do Maranhão) e Uruçui (sudoeste piauiense). Como destaca Haesbaert (2008), esse arranjo territorial promovido nos chapadões do Nordeste, foi capitaneado por empresários sulistas e por capitalistas do Sudeste e também do Nordeste e está associado à produção intensiva de soja e, em menor escala, do algodão, do arroz, do milho e do café. A construção de um “Novo Nordeste” é reflexo, portanto, do avanço do capital e consequente expansão das fronteiras agrícolas nos cerrados nordestinos.

Figura 1 – Arranjos territoriais produtivos agrícolas



Fonte: ELIAS (2006, p. 66).

As áreas em destaque têm mostrado forte dinamismo, marcando a economia das cidades e regiões a elas atreladas e, do mesmo modo, possibilitando a atração e

instalação de diversas empresas ligadas à produção agropecuária e ao agronegócio.

Contudo, é importante destacar que embora o Estado tenha direcionado esforços para a efetivação dos projetos de irrigação, promovendo o desenvolvimento de uma agropecuária moderna e globalizada e a reestruturação do espaço, o que se evidenciou, em muitos casos, foi a nítida ingerência do setor privado e o vergonhoso direcionamento do poder público na instalação dos perímetros, além da exclusão dos pequenos irrigantes do processo produtivo e dos camponeses que foram praticamente arrancados de seu território em virtude da “chegada da modernidade”.

Verifica-se, portanto, que esse novo modelo de gerir o território tem assegurado aos grupos hegemônicos um lugar especial na condução da transformação dos espaços locais no intuito de estabelecer elos com novos mercados consumidores, muitos deles internacionais. Como salienta Porto (2006, p. 84), “com a mundialização da economia, modificam-se os processos produtivos, são modificados os procedimentos de atuação dos Estados em potencializar o desenvolvimento e tudo isso altera as políticas regionais em seus métodos e em suas capacidades de intervenção.”

Do mesmo modo, tal discussão é reforçada nas palavras de Ramos (2006, p. 167), que assim elucida:

Em geral, as políticas agrícolas resultam das necessidades e exigências do mercado globalizado; servem, portanto, não à grande maioria dos produtores locais e a objetivos estratégicos nacionais, mas aos interesses de uma parcela de consumidores e, principalmente, a alguns grupos econômicos.

Em meio a essa conjuntura que promove a estruturação dos lugares a partir de determinações externas, impelindo o território a ter sua base organizacional e produtiva pautada nas imposições de caráter ideológico e de mercado, selecionando-o e reestruturando-o produtivamente, temos presenciado o surgimento de novas territorialidades e de novas sociabilidades no campo.

Embora o novo discurso desenvolvimentista tenha se ampliado, a forma conservadora de se fazer política, a qual tem mantido as relações de poder intactas em benefício das oligarquias nordestinas que dividem as benesses estatais com os grandes grupos econômicos, é o retrato do que até hoje se desenha através das políticas de desenvolvimento para a região.

As constantes discussões e propostas para implementação de políticas favoráveis ao desenvolvimento rural mostram quão complexa é a questão agrária nos dias atuais. Isso se torna mais evidente quando tomamos consciência de que até “os

discursos de promoção do desenvolvimento estruturam as ações do capital empresarial e do próprio Estado para propor um redirecionamento das políticas públicas no campo” (BEZERRA, 2009, p. 122), e que se reproduzem ainda hoje por meio dos projetos de irrigação.

PIVAS: UMA “NOVA FORMA DE EMPREENDER” OU A CONTINUIDADE DO MANDONISMO POLÍTICO SOBRE AS AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO RURAL NO SERTÃO PARAIBANO?

A reestruturação produtiva do espaço nordestino, baseada numa política de irrigação, tem sido alvo de análises e críticas por diversos estudiosos quanto à eficácia econômica e social dos perímetros irrigados. Nas discussões até hoje levantadas, o direcionamento das ações governamentais, os questionamentos entre os reais beneficiários desses empreendimentos e os resultados da materialização do capital sobre os territórios revelam um verdadeiro contrassenso nas ações políticas que intentam, quase que a todo custo, irradiar a luz da modernidade sobre pontos específicos do Nordeste.

O Projeto de Irrigação Várzeas de Sousa – PIVAS, seguindo a tendência dos novos espaços produtivos regionais, constituiu-se num empreendimento de iniciativa do Governo da Paraíba em conjunto com o poder político local com a finalidade de dinamizar as atividades agrícolas e agroindustriais no sertão do Estado. Idealizado na década de 1930, somente em 2007 as Várzeas de Sousa ganham notoriedade em virtude da implantação de um modelo de agricultura científica, de caráter empresarial, voltado para a produção de grãos e de fruticultura irrigada para a exportação.

Assim como ocorreu em diversos outros pólos de produção agrícola, o PIVAS foi alicerçado com base no uso das águas provenientes de açudes públicos. A construção do complexo de açudes Coremas-Mãe D’água, maior reservatório de águas da Paraíba, que dá suporte hídrico ao PIVAS, data de 1932, período em que José Américo de Almeida atuava no cargo de Ministro da Viação e Obras Públicas do Governo de Getúlio Vargas. Fazendo parte do “Plano de Ação”, que previa a construção de açudes no Nordeste do país, a obra do complexo de açudes constituía a primeira etapa de um projeto que visava a perenizar os rios Piranhas e Piancó, no interior da Paraíba, através da construção de um canal adutor interligando os açudes Coremas-Mãe D’água ao açude São Gonçalo, na cidade de Sousa-PB.

Arrastando-se no tempo, o projeto teve 95% de suas obras concluídas devido à força marcante de José Américo de Almeida. Porém, a negligência dos governos que se sucederam, ocasionou a paralisação e inconclusão das obras que permitiriam a construção do Canal adutor “Engenheiro Luiz Vieira” e consubstanciou-se como grande entrave para a minimização dos problemas relacionados à seca e para a promoção do desenvolvimento da região.

A concretização da referida obra, segundo a elite política local da época, daria suporte a implantação daquele que certamente seria até os dias atuais o maior projeto agrícola do sertão nordestino, além de resolver os problemas de desabastecimento de cidades por ele cortadas. Como salienta Marcondes Gadelha, ex-Secretário de Agricultura do Estado da Paraíba (1995) e que durante várias legislaturas atuou como deputado federal, o processo de transposição das águas de Coremas para São Gonçalo, teve suas obras paralisadas, consubstanciando-se “num abandono criminoso”, sendo esquecido durante várias décadas já que “dormia nas gavetas viciadas dos altos escalões administrativos.” (GADELHA *apud* MATOS, 2009, p. 01).

Em um de seus discursos na Câmara dos Deputados, em 24 de maio de 1994, o ex-governador da Paraíba, Antônio Marques da Silva Mariz, salientou que após o término da construção do complexo de açudes Coremas-Mãe D’água, já no governo de Juscelino Kubitschek, mesmo transcorridos cerca de seis décadas da proposta inicial de transposição de suas águas para o açude São Gonçalo, em Sousa-PB, o Governo Federal não tomou como prioridade tal projeto. Dessa forma, segundo Mariz (2006, p. 408),

Esse longo e interminável período constituiu-se em frustrações sucessivas. Vários ministros, em diversos governos, assumiram, às vezes, no próprio local, a tarefa de construir essa obra. No entanto, as palavras se perderam ao vento e nunca qualquer ato objetivo de construção foi praticado.

O levantamento dos condicionantes que justificaram a não concretização do projeto de integração de bacias, em seu formato original, mostram a inércia, desídia e omissão do Estado na busca de soluções para o problema da seca no Nordeste - este secular curral de votos -, bem como a obscuridade em que o governo atuou ao aceitar a propositura de um novo projeto em que o número real de beneficiários seria menor do que aqueles previstos na proposta inicial da década de 1930. Basta avaliarmos novamente as palavras de Mariz que ao comentar a aprovação de uma emenda ao orçamento viabilizando a execução do projeto original de irrigação das várzeas de Sousa-PB, assinalou a possibilidade de irrigação de cerca de 100 mil ha de terras, área infinitamente superior aos 4.400 ha utilizado no atual PIVAS.

[...] aprovei uma emenda ao Orçamento – que deve ser cortada pelo ministro Fernando Henrique Cardoso – para a construção de um canal interligando o Açude Estevão Marinho ao Açude São Gonçalo, este a 30 ou 40 quilômetros do primeiro. Pois bem, o Açude Coelho

Manoel foi construído para irrigar as chamadas várzeas de Sousa, cerca de 100 mil hectares irrigáveis no alto sertão da Paraíba, a quase 500 quilômetros da capital, e sua construção começou em 1922, como disse a V.Exa. Em 1932 foi definido o primeiro projeto de interligação dos açudes para irrigação. Estamos em 1993 e a construção desse canal não foi iniciada até hoje, setenta anos depois de inauguradas as obras do açude. [...] (MARIZ, *op. cit.*, p. 399).

Dessa forma, decorridos mais de 60 anos, o projeto de interligação de bacias não foi levado a termo e, após diversas tentativas de concretização do projeto original, somente em 1996, voltou a despertar o interesse dos políticos locais, reavendo seu papel de destaque nos discursos políticos sobre a “redenção” da região. Encarando seriamente a viabilidade do projeto, o ex-governador Mariz não viu um de seus maiores sonhos concretizado, tendo seu vice José Targino Maranhão encampado a ideia, porém, dando novo formato ao projeto original pensado nos idos de 1930.

Em 1998 o projeto do atual PIVAS tem suas obras iniciadas, mas apenas em 2007 começa a funcionar após a divisão das parcelas territoriais. Dos quase 4.400 ha de terras utilizadas no projeto, 2.309 ha foram licitadas a grupos empresariais que desenvolvem uma agropecuária científica e de base tecnológica, com a produção de milho, algodão, sorgo, frutas e ovinos orgânicos; 992 ha foram distribuídos a 178 pequenos produtores selecionados que desenvolvem variados gêneros frutíferos e hortaliças ou praticam à ovinocultura e 1.007 ha para fins de reforma agrária, onde atualmente se encontram instalados dois assentamentos com o total de 141 famílias, a maioria delas remanescentes do processo de expropriação das terras que deram origem ao PIVAS.

Embora o projeto tenha sido apontado como a “redenção” da região, o imaginário criado, em face de sua implantação, parece não se harmonizar com a realidade que o acompanha atualmente. O discurso progressista que se proferiu outrora ficou apenas na retórica, já que diversos problemas maculam o projeto desde sua idealização. A longa demora nas ações para a sua concretização, a interferência da elite local na busca pela satisfação de seus interesses, o processo de divisão das parcelas territoriais beneficiando, sobretudo, a classe empresarial, entre outros, culminaram em contradições e incertezas quanto aos rumos desse empreendimento, particularmente no que tange a redução da pobreza rural, da geração de oportunidades para o homem do campo e para o desenvolvimento econômico e social da região.

Nessa discussão, é oportuno destacar que a valorização e especulação das terras que dariam lugar ao PIVAS vieram favorecer várias famílias (Gadelha, Rocha, Pordeus, Oliveira e outras) que possuíam ou ainda possuem terras na área em estudo. Tomemos por exemplo, as terras que deram origem ao assentamento

Acauã, nas proximidades do projeto agrícola em análise. Antes de sua desapropriação e transformação em assentamento, parte das referidas terras da Acauã se constituíam num grande latifúndio cujo proprietário, Manoel Gadelha (Mané Raquel), era primo de Marcondes Gadelha. Essas terras foram declaradas como improdutivas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), pois não havia plantações e nem criação naquela propriedade.

Como observa Lima (2009), devido ao fato de seu proprietário ser senhor de idade e não possuir filhos com interesse em estabelecer a produção agropecuária na fazenda, a mesma encontrava-se na condição de improdutiva. Contudo, a mudança no Projeto de Irrigação das Várzeas de Sousa, com a conseqüente valorização dos imóveis rurais situados naquela área, fez com que várias famílias persistissem em não ceder às suas terras para fins de desapropriação e reforma agrária. É de se destacar que o referido processo foi dificultoso e demorado e beneficiou aos proprietários indenizados e/ou suas famílias que receberam vultosas somas do Estado em face da valorização e especulação de suas terras.

A análise dessas circunstâncias nos permite constatar que a intervenção do Estado na implementação de políticas públicas de desenvolvimento rural, voltadas à melhoria da qualidade de vida do homem do campo, é decorrente de um discurso que se elabora e se reelabora a fim de que as formas de poder patronal históricos na região conservem suas formas de sobrevivência e reprodução. São peculiares e resistentes as estruturas de poder local, que mantêm a capacidade de se adequarem às novas realidades para não alterar sua condição elitista.

A respeito da manutenção do poder de barganha e de pressão dos grupos dominantes, oportunas são as palavras de Lima (2009, p. 28), que assim se posicionou:

É possível observar que o Estado é um aliado da classe dominante. A classe dominante, por sua vez, exerce pressão política e econômica sobre o Estado visando não só o atendimento de suas necessidades como também a legitimação de ações que se dão em detrimento das classes menos favorecidas. Neste sentido, o Estado atua de forma contraditória. Isto porque utiliza um discurso voltado para atendimento das necessidades da população, mas, concretamente, alia-se e subordina-se a uma única classe, que é a que detém o poder político e econômico.

A trama de interesses que permeia as políticas de desenvolvimento rural no país nos permite entender o (re)direcionamento das ações estatais em favor de determinados segmentos. Dessa forma, não restam dúvidas de que “[...] os novos

usos agrícolas hoje factíveis decorrem de escolhas políticas nas quais evidenciam embates entre os distintos lugares e agentes sociais” (RAMOS, 2006, p. 154), e que nesse processo de reestruturação do espaço rural, urge a necessidade de que o Estado refreie o histórico e crescente processo de monopolização do capital, das terras e dos lucros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Nordeste, em particular, em sua região semiárida, ainda predominam os resquícios de uma elite tradicional que influencia diretamente os rumos das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural. Em meio a um “discurso desenvolvimentista” pregado nas últimas décadas por segmentos importantes da classe política, pelo empresariado rural e pela administração pública, que veem no campo um *locus* propício a geração de riquezas, as ações estatais tem sido fortemente marcadas pela ingerência dos grupos de pressão que buscam o atendimento aos seus interesses.

Esse modelo de gerir o território tem assegurado aos grupos hegemônicos um lugar especial na condução da transformação dos espaços locais. Nesse sentido, a implantação das políticas públicas, com raras exceções, está ligada ao capital, contribuindo para aumentar ainda mais o domínio de uma pequena minoria sobre os mais excluídos da sociedade.

Na Paraíba, o modelo histórico de desenvolvimento das atividades agrícolas não se diferencia dos preceitos que regularam a concentração fundiária no país desde o início da colônia. Segundo Pacheco (2004, p. 209), “a lógica da estrutura agrária é totalmente articulada com o modelo agrícola adotado no país” e assim as forças conservadoras foram privilegiadas no processo de normatização de luta pela terra e ainda hoje recebem o apoio e benesses do Estado em oposição aos interesses da sociedade.

A análise dos desdobramentos históricos que levaram a concretização do Projeto de Irrigação Várzeas de Sousa, nos permitiu constatar que a desídia histórica promovida por sucessivos governos, que não primaram pela execução do referido projeto, atrasou-o por quase setenta anos.

Por outro lado, consideramos que a ingerência política da família Gadelha, teve grande força quanto às mudanças na proposta original, datada dos idos de 1930. Através da força política de Marcondes Gadelha, houve a intensificação das ações para a concretização do PIVAS, em sua nova configuração, pensada já na década de 1990. Até hoje os registros mostram o interesse daquela família e sua influência sobre essa política de desenvolvimento rural, em virtude de a mesma ser proprietária de terras na área onde se desenhou o referido empreendimento e do prenúncio da mudança no projeto original, valorizando seus imóveis. É oportuno ressaltar que grande parte dessas terras já se encontrava ociosa ou praticamente abandonadas por seus donos ou herdeiros.

Dessa forma, tendo por base o processo histórico de favorecimento a determinados segmentos e a renitência que ainda sobrevive através do poder de barganha e de pressão que os acompanham, não há motivos para se olvidar que o clientelismo sempre se fez presente nas ações estatais, maculando as políticas públicas de desenvolvimento rural no Nordeste e impedindo a ocorrência de transformações na economia e na estrutura agrária da região.

Contudo, por vivermos sob a égide de um regime democrático, onde a solidariedade, a auto-afirmação dos povos e a busca por uma sociedade mais igualitária são fundamentos que regem a vida das pessoas, é preciso cobrar do Estado uma postura imparcial, para que o mesmo atue como patrono de todos os cidadãos, assumindo compromissos e realizando ações para o conjunto da sociedade.

O equacionamento de questões que envolvem a luta pela terra e o redirecionamento das políticas de desenvolvimento agrário no Nordeste devem ter por base a construção de uma nova forma de pensar e de agir, possibilitando a abertura de caminhos e de novas alternativas para o revigoramento do espaço rural e a melhoria da qualidade de vida de sua população.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. Agronegócio e ideologia: contribuições teóricas. In: **Revista NERA**, Ano 12, n°. 14, jan.-jun./2009. Presidente Prudente, 2009, pp. 112-124.

CASTRO, Iná Elias. *Seca versus seca*. Novos interesses, novos territórios, novos discursos no Nordeste. In: CASTRO, GOMES & CORRÊA (Orgs.). **Brasil: Questões atuais de reorganização do território**. – 5ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008, p. 283-323.

ELIAS, Denise. Agronegócio e desigualdades socioespaciais. In: ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato (Orgs.). **Difusão do agronegócio e as novas dinâmicas socioespaciais**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006, pp. 25-82.

FARIAS, Arethusa E. M. de. **Os incomodados que resistem: contradições e territorialidades camponesas no Projeto de Irrigação Várzeas de Sousa na Paraíba**. (Dissertação de Mestrado). João Pessoa: UFPB/CCEN, 2010.

HAESBAERT, Rogério. “Gaúchos” e Baianos no “Novo” Nordeste: Entre a globalização econômica e a reinvenção das identidades territoriais. In: CASTRO, GOMES & CORRÊA (Orgs.). **Brasil: Questões atuais de reorganização do território**. – 5ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008, p. 367-415.

LIMA, Valéria R. P. de. **Gestão dos recursos hídricos: conflito e negociação da água do Canal da Redenção – Sertão da Paraíba.** (Dissertação de Mestrado). UFPB- CCEN-PPGG. 2009, 176 pp.

MARIZ, Antonio. **Antonio Mariz.** Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2006. 474 p. (Série Perfis parlamentares; n. 51)

MATOS, Eilzo N. **O Canal da Redenção.** Disponível em: <http://eilzomatos.zip.net/textos/arch2009-06-07_2009-06-13.html. Acesso em: 18/03/14.

MUNIZ, Alexandra. Relações de trabalho na agricultura do Baixo Jaguaribe. In: ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato (Orgs.). **Difusão do agronegócio e as novas dinâmicas socioespaciais.** Fortaleza: BNB, 2006, p. 261-285.

PACHECO, Maria E. L. A questão agrária na década de 90. “O joio e o trigo na defesa da reforma agrária”. In: STÉDILE, J. P. (coord.) **A Questão Agrária Hoje.** 2ª ed. Porto Alegre: EdUFRGS, 2004, p. 203-220.

PORTO, Edgar. As políticas de desenvolvimento regional do Brasil e seus reflexos sobre a região Nordeste. In: ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato (Orgs.). **Difusão do agronegócio e as novas dinâmicas socioespaciais.** Fortaleza: BNB, 2006, p. 83-113.

RAMOS, Soraia de F. Uso agrícola do território e os espaços luminosos da fruticultura no semiárido brasileiro. In: ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato (Orgs.). **Difusão do agronegócio e as novas dinâmicas socioespaciais.** Fortaleza: BNB, 2006, p. 151-172.

SANTOS, Camila D. dos. Mossoró (RN): novo espaço luminoso do agronegócio de frutas tropicais. **Anais do XVI ENG,** realizado de 25 a 31 de julho de 2010. Porto Alegre - RS, 2010.

Contato com o autor: valdenirlimal0@hotmail.com

Recebido em: 19/02/20134

Aprovado em: 31/05/2014